

EDIÇÃO ESPECIAL

JUNHO/2020

A CAMINHO DO CINQUENTENÁRIO

ADMIRÁVEL TRAJETÓRIA DO
CLUBE DOS CORRETORES DE
SEGUROS DE SÃO PAULO



O Clube dos Corretores de Seguros de São Paulo (CCS-SP) caminha para o cinquentenário com orgulho do trabalho incansável de seus mentores e associados. Suas lutas e conquistas enaltecem o valor desta valorosa entidade, que, ao longo de sua história, prestou relevantes serviços para a categoria

HISTÓRIA PONTUADA POR LUTAS E CONQUISTAS



AÇÃO INSTITUCIONAL

ANDRÉ PENA

PESQUISA, REDAÇÃO E EDIÇÃO

CARLOS ALBERTO PACHECO
E MÁRCIA ALVES

COLABORAÇÃO

MÁRCIA KOVACS

PROJETO GRÁFICO E CAPA

NATASHA MOTTA

IMPRESSÃO

GRÁFICA REFERÊNCIA

TIRAGEM

MIL EXEMPLARES

EDITORA INCREMENTO LTDA.

RUA MAESTRO CALLIA 290
VILA MARIANA – SÃO PAULO – SP
CEP: 04012-100
TELEFONE: (11) 3884-0905
E-MAIL: REDACAO@INSURANCECORP.COM.BR

O Clube dos Corretores de Seguros de São Paulo (CCS-SP) caminha para o cinquentenário com orgulho do trabalho incansável de seus mentores, dirigentes e associados. Suas lutas e conquistas enaltecem o valor desta valorosa entidade, que, ao longo de sua história, prestou relevantes serviços para a categoria. O Clube sempre marcou presença ativa nos debates sobre os problemas que afetam o cotidiano dos corretores. Os seus componentes dedicaram esforços fundamentais ao abrir discussões acerca do atual momento do mercado, inserindo o profissional como legítimo agente de proteção dos interesses da sociedade civil.

Os inúmeros eventos realizados pelo CCS-SP apontaram quais desafios devem ser enfrentados pelos corretores e as ferramentas adequadas para a sua concretização. Soluções e construção de novos produtos também fizeram parte desta agenda. Graças ao empenho indiscutível dos mentores, a entidade alçou uma posição de vanguarda no mercado de seguros, contribuindo para o avanço da profissão. O Clube dos Corretores vem cumprindo, assim, seu nobre papel de propiciar o desenvolvimento da classe em seus mais variados campos de atuação.

Em reconhecimento a essa trajetória admirável da entidade ao longo de seu quase meio século de história, a revista **Insurance Corp** apresenta aos leitores uma retrospectiva dos momentos mais marcantes do Clube, que caminha para o cinquentenário de sua fundação. A Editora Incremento Ltda, que publica a revista que se tornou referência no mercado de seguros e frente aos gestores de risco por seus diferenciais, produz uma retrospectiva completa que retrata com riqueza de detalhes as quase cinco décadas de atuação do CCS-SP. Destacamos o fundamental e indispensável apoio da Bradesco Seguros, Ituran Brasil, SindsegSP, Tokio Marine Seguradora, Sompso Seguros e Escola de Negócios e Seguros (ENS) que contribuíram para viabilizar esta importante iniciativa.

Registramos, também, agradecimento ao atual mentor Evaldir Barboza de Paula, seu antecessor Adevaldo Callegari e a cooperação de Katia Freitas, que respaldaram a produção desta obra.

No ano em que os brasileiros irão celebrar os 200 anos da Independência do País, o Clube dos Corretores de Seguros de São Paulo alcançará 50 anos de realizações e lutas em prol da valorização da categoria. Os integrantes que fazem parte da entidade têm muito orgulho desta extraordinária agremiação. Há motivos de sobra para as comemorações em face dos acontecimentos e fatos vivenciados ao longo do tempo.

Boa leitura a todos!

ÍNDICE

6

MENSAGEM AO CORRETOR



8

OS PRECURSORES
INTELECTUAIS

10

O CONTEXTO HISTÓRICO
E A FUNDAÇÃO



12

OS PROPÓSITOS DO CCS-SP

16

NASCE
A FENACOR

18

A AMEAÇA DOS BANCOS
E DOS PREPOSTOS



22

CLUBE EDITA O JCS

26

SURGE UM LÍDER
NO MERCADO



30

TEMPOS DIFÍCEIS



40

MERCADO GANHA NOVOS
CONTORNOS

46

OS MENTORES DO CLUBE



34

DÉCADA DE MUDANÇAS

42

CLUBE RECEBE A SALVA
DE PRATA

50

IMAGENS MARCANTES



38

A ERA DA
INFORMATIZAÇÃO



44

RECONHECIMENTO
DO MERCADO

“NÃO HÁ HONRA MAIOR DO QUE REPRESENTAR ASSOCIADOS E ASSOCIADAS DO CLUBE”

Evaldir Barboza de Paula é mentor do Clube dos Corretores de Seguros de São Paulo (CCS-SP)



Aos 48 anos de existência do CCSSP, é preciso fazer uma retrospectiva da minha jornada junto a esta instituição magnífica, elitista e envolvente, que hoje e sempre fará parte inseparável da minha vida. Em meados de 2010, em evento do SINCORSP na Zona Leste, fui convidado para integrar o quadro de associados do CCSSP, entidade que ainda eu não conhecia em sua essência, mas sabia que tinha um reconhecimento indiscutível no mercado de seguros.

Curiosamente, ainda naquele ano e depois de alguns meses, fui convidado para fazer parte de uma chapa de oposição encabeçada por Marcos Abarca, figura pública e notória desse mercado e engajado politicamente com o SINCORSP.

Embora tímido, aceitei aquele desafio e assim concorreremos com a chapa da situação do

Mentor em exercício Nilson Arello Barbosa, outra figura incrível e que mais tarde tornou-se o meu braço direito na atual administração do CCSSP. A chapa foi derrotada pela escolha democrática dos associados e associadas, que optaram pela manutenção dos atuais gestores.

Participante ativo dos eventos, nas eleições de 2012, fui novamente surpreendido pelo convite de Alexandre Camillo, candidato a Mentoria do CCSSP no exercício de 2012 a 2014, para compor a sua chapa. Sem me furtar, aceitei o convite na condição de membro da Junta Fiscalizadora. Fomos aclamados em setembro de 2012, juntamente com a admirável Luciana Ferreira, sob a presidência do saudoso Osmar Bertacini e a Mentoria de Alexandre Camillo, acompanhado de Adevaldo Calegari, seu secretário.

Campanha eleitoral

Passados um ano e poucos meses, o nosso Mentor Alexandre Camillo e o presidente da Junta Fiscalizadora Osmar Bertacini se licenciaram e nos deixaram para concorrerem, em oposição, à campanha eleitoral do SIN-CORSP. Conforme previa o estatuto, a saída de ambos provocou mudanças no comando, com a ida de Adevaldo Calegari interinamente para a Mentoria. Já na Secretaria, o jovem promissor Paulo Jatene Bosísio se absteve daquela função, permitindo a minha ascensão ao referido cargo. Então, a missão foi me confiada e, como mais um grande desafio, não hesitei em aceitá-la.

Esta função me acompanhou por quatro anos e meio. Faltando um ano para o término da nossa gestão, Adevaldo Calegari me disse que era praxe no CCSSP que o Secretário assumisse a Mentoria. Democraticamente me opus, dizendo ainda que a renovação é um mecanismo saudável. Porém, dadas as circunstâncias de projetos que eu tinha em relação ao CCSSP, assumi o papel de candidato à Mentoria, não sem antes pedir o apoio dos membros do Conselho Consultivo e de alguns amigos mais próximos, que acenaram de forma positiva ao meu intento.

Assim, formei a minha chapa composta por Nilson Arello Barbosa na Secretaria, acompanhado de Jorge Teixeira Barbosa na Tesouraria, de Nilson Moraes na presidência da Junta Fiscalizadora juntamente com Raquel Gomes e a Ivone Elise compondo os demais membros. Fomos aclamados em setembro de 2012. Como é cediço, promovemos vários eventos e inovamos em comunicação nas mídias sociais.

Na busca por resultados, adotamos o conceito de negócios junto aos investidores, notadamente compostos, em sua maioria, por seguradoras. Enfim, não há honra maior do que representar os associados e associadas do CCSSP nos seus anseios e satisfação.

OS PRECURSORES INTELECTUAIS

Muitos anos antes do surgimento do CCS-SP, em 1972, os corretores se reuniam para lutar em prol do reconhecimento da atividade

A história da fundação do Clube dos Corretores de Seguros de São Paulo (CCS-SP) se confunde com a trajetória de luta da categoria pelo reconhecimento profissional. Muitos anos antes do surgimento da entidade em 1972, os profissionais da corretagem travaram grandes batalhas para regulamentar a atividade, culminando com a aprovação da Lei 4.594, em 29 de dezembro de 1964, nove meses após a instituição do regime militar. Naquela época, José Logullo, que havia participado ativamente dos movimentos que resultaram na aprovação da lei, bem como da fundação do Sindicato dos Corretores de Seguros privados e de Capitalização no Estado de São Paulo (Sincor-SP), em 1934, manifestava interesse em criar uma agremiação.

Segundo relato de Milton D'Amélio, mentor do CCS-SP nas gestões 1972/1974 e 1978/1980, Logullo se juntou a Roberto de Souza Nazareth





Acervo Família Roncarati

na tentativa de criar uma agremiação para “secundar a atividade de defesa da classe e, ao mesmo tempo, contribuir para maior aproximação entre aqueles que trabalham no ramo de seguros”. Sua inspiração vinha do modelo do Clube dos Seguradores e Bancueiros de São Paulo, do qual era assíduo frequentador das reuniões e almoços, ocasiões em que dialogava com seguradores, corretores, segurados e amigos sobre os problemas da classe.

Segundo informações do livro *Grandes Momentos do Sincor-SP - 1934/2009*, Logullo foi o presidente que mais tempo ocupou o cargo: 35 anos (1937

a 1962 e 1964 a 1971). De acordo com Humberto Roncarati, Logullo e outros fundaram, em 1938, a Associação dos Corretores de Seguros, “com a finalidade de aglutinar e fortalecer a já numerosa classe em torno do projeto do sindicato”. Seu objetivo principal foi dar prosseguimento na batalha pela regulamentação da profissão. Embora Logullo tenha comemorado com seus pares a regulamentação, não viveu o suficiente para realizar seu desejo de fundar o Clube dos Corretores. Ele faleceu um ano antes, em 1971, e Roberto de Souza Nazareth, quatro anos antes, em 1968.

José Logullo
[terceiro, da
dir. para a
esq.] ao lado
de Humberto
Roncarati

O CONTEXTO HISTÓRICO E A FUNDAÇÃO

Em 1967, o mercado de seguros sofreu forte impacto com a privatização do seguro de acidentes do trabalho, que representava entre 40% a 80% de suas receitas. Na época, o então ministro do Trabalho no governo Costa e Silva, Jarbas Passarinho, enviou para o Congresso a Lei nº 5.136, de 14 de setembro de 1967, transferindo o seguro de acidentes do trabalho ao Estado. Sem estrutura para atender o volume de acidentados, o governo terceirizou o atendimento, abrindo espaço para a proliferação dos planos de saúde.

Em 1970, o então presidente do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB (hoje IRB Brasil RE), José Lopes de Oliveira, que fora indicado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici e apoiado pelo então ministro dos Transportes Mário David Andreatza, procurou reestruturar o setor. Ele constituiu uma comissão para elaborar anteprojeto, que viria

a ser o Decreto Lei nº 1.115, de julho de 1970, regulamentado meses depois pelo Decreto nº 67.447, de 27 de outubro do mesmo ano.

O decreto concedia estímulos às fusões e às incorporações das sociedades seguradoras e fechava o mercado brasileiro para novas empresas. O setor de seguros passou a incorporar bancos-seguradoras, segundo o conceito francês de *bancassurance* (expressão internacional utilizada para definir a atuação de instituições financeiras na atividade seguradora). Este foi o início do processo de fusões e aquisições, incentivado pelo governo, que reduziu o número de seguradoras de 176, em 1970, para 97, em 1974.

A grande tarefa, tanto de seguradoras como de corretores, consistiu em explorar as potencialidades de um mercado interno ainda longe da saturação. A certa ocasião, porém, surgiu o problema da habilitação e do

registro de novos profissionais. O Decreto 60.459, de 13 de março de 1967, tornou o exercício da profissão de corretor de seguros dependente de prévia habilitação e registro na Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Mas, para a habilitação e registro de novos profissionais, surgiu como solução a Fundação Escola Nacional de Seguros – Funenseg (hoje Escola de Negócios e Seguros), criada por iniciativa do presidente do IRB – Instituto de Resseguros do Brasil, José Lopes de Oliveira, que abrigou em suas dependências a comissão organizadora da entidade. A Funenseg foi inaugurada em 9 de julho de 1971, pelo então ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo Marcus Vinícius Pratini de Moraes, com a missão de se tornar um centro de ensino pragmático e de extensão universitária.

A nobre origem do Clube

Em pleno regime militar, até mesmo os sindicatos patronais se viram ameaçados. Para reagir à repressão, muitos destes recorreram à criação de associações, como uma maneira de continuarem atuantes na defesa de

suas respectivas categorias. Embora fosse um sindicato patronal, o Sincor-SP também ficou limitado devido às medidas restritivas impostas pelo governo na época.

Na avaliação do ex-mentor do CCS-SP Adevaldo Calegari, o Clube foi vital para dar voz aos corretores de seguros, em uma época em que não havia liberdade de expressão.

Segundo Antonio D'Amélio, primeiro mentor do

CCS-SP (gestões 1972/1974 e 1978/1980) e um dos fundadores, o objetivo de criação da entidade era conquistar espaço para as reuniões da classe e, conseqüentemente, iniciar uma luta pelo reconhecimento da categoria. O Clube também foi constituído para atuar em estreita ligação com o Sincor-SP.

OS FUNDADORES

**O CCS-SP FOI FUNDADO NO DIA 5 DE OUTUBRO DE 1972
POR 26 CORRETORES DE SEGUROS:**

Abdon de Oliveira	José de Almeida
Antonio D'Amélio	José Quirino de Carvalho
Benedito Dario Ferraz	Tolentino
Brasil Geraldo	Leonídio Jorge Valente
Carlos Abreu Costa	Menotti Minutti Junio
Celso André	Milton D' Amélio
Cláudio Luiz Martins	Oswaldo Bevilacqua Festa
Edgar César Portal Jorge	Oswaldo Montanini
Geraldo Afonso Teixeira de Assumpção	Paulo Silveira
Geraldo Resende de Matos	Petr Purm
Henrique Elias	Renato Rubens Rocchi
Hermínio Brandão	Guedes de Oliveira
João Leopoldo Bracco	Roberto da Silva Porto
de Lima	Zenio Vergueiro Sampaio



O mentor José Francisco de Miranda Fontana recebe, durante a sua posse, o cumprimento do presidente do Sincor-SP José Quirino de Carvalho Tolentino

OS PROPÓSITOS DO CCS-SP

O primeiro ano de existência do CCS-SP foi comemorado no almoço com associados, no dia 5 de outubro de 1973, no Clube da Cidade de São Paulo. O registro do evento foi publicado no Boletim do Grupo Segurador Brasil (edição 54/55), que destacou o conagraamento como a concretização de um dos objetivos de fundação do Clube. A publicação esclareceu os propósitos da entidade: “Não visa desempenhar tarefas de sindicalização, mas trabalhar junto com o sindicato da classe (...)”. “Nenhuma entidade, como o sindicato, está em condições de identificar os verdadeiros elementos componentes de uma determinada categoria profissional”. Um evento marcou o primeiro ano de existência do CCS-SP. Em dezembro de 1973, nos dias 4 e 5, o Clube realizou, em parceria com o Sincor-SP e apoio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, o “Seminário sobre Seguros”, direcionado a jornalistas, enfocando a importância do corretor de seguros.

Um dos destaques do seminário foi a palestra de José Francisco de Miranda Fontana, que abordou “O papel do corretor de seguros no mercado – Sua função de agente dinamizador”. Ele se deteve na interpretação de parte da Lei 4.594, editada em dezembro de 1964, que regulamentou a profissão do corretor de seguros. A lei definia este profissional como “intermediário legalmente autorizado a angariar e promover contratos de seguros entre as sociedades de seguros e as pessoas físicas e jurídicas”. Fontana quis deixar claro que “corretor não é agenciador”.

Verdadeiro marco da profissão de corretor de seguros, a Lei 4.594/1964 mereceu

estudo do CCS-SP, logo no seu primeiro ano de existência. Nomeados pelo mentor Antonio D’Amélio para uma comissão de estudo da lei, dois fundadores da entidade, Carlos Abreu Costa e Brasil Geraldo, com Narciso Lopes, produziram documento tecendo suas considerações, em agosto de 1973.

1974: um ano de grandes desafios

Após um forte crescimento do país, entre 1968 e 1973, período do famoso “Milagre Econômico”, a economia brasileira começou a dar sinais de enfraquecimento. No início de seu governo em 1974, o general Ernesto Geisel promoveu reformas econômicas que não surtiram efeito. Em decorrência da alta dos juros internacionais, do aumento de preço do petróleo e do desequilíbrio no balanço de pagamentos brasileiro, o país se viu mergulhado na alta inflação.

No âmbito do mercado de seguros, houve grandes mudanças naquele ano. Criado em 1966, o Recovat (Seguro de Responsabilidade Civil dos Proprietários de Veículos Automotores de Via Terrestre) passou a se chamar DPVAT (Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre), com a entrada em vigor da Lei 6.194/74.

O ano 1974 foi de grandes desafios para os corretores em razão de um projeto de lei que ameaçava a profissão. Exatamente no dia de sua posse na mentoria do CCS-SP, 7 de outubro de 1974, José Francisco de Miranda Fontana precisou deixar de lado seu discurso para se pronunciar sobre a publicação, naquele dia, do projeto de lei (nº1290-A) propondo modificação na Lei 4.594 (que regulamenta a profissão do corretor de seguros), especificando que o exercício da atividade poderia ser feito sem o

corretor até o limite de cinco salários mínimos. Além disso, outro artigo da proposta eliminava o impedimento aos funcionários públicos e de seguradoras de atuarem como corretores de seguros.

Comissão dos Quatro

A notícia abalou a categoria, que se viu ameaçada de extinção. Advogado formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em 1951, José Francisco de Miranda Fontana convocou a classe a iniciar luta contra o projeto. Logo após o almoço de posse, ele nomeou um grupo, batizado de “Comissão dos Quatro”, da qual participaram, além dele, José Tolentino (então presidente do Sincor-SP), Paulo Geyneir (presidente do Sincor-RJ) e Roberto Barbosa (presidente interino do Sincor-MG). A “Comissão dos Quatro”, apoiada pela categoria, foi à luta, indo à Brasília para entregar ao presidente Ernesto Geisel um memorial. Eles foram recebidos pelo chefe de Gabinete. De lá partiram para o Congresso Nacional e falaram com o deputado Célio Borja, obtendo a informação de que o projeto já tinha sido aprovado pelas Comissões Técnicas e seguiria para votação em plenário. O deputado prometeu providências.

José Francisco de Miranda Fontana resolveu, então, procurar seu amigo pessoal, o ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes. Esse episódio, que sempre gostava de recordar, ele também narrou durante palestra proferida na Associação Paulista dos Técnicos de Seguro (APTS), em 2009. “Perguntei a Severo Gomes: o que era aquilo?”. A resposta provocou outra surpresa. “Você está enganado, não mandei essa proposta ao Congresso”, disse o ministro.

Para provar que estava dizendo a verdade, Severo Gomes pediu ao seu chefe de gabinete que lhe trouxesse a cópia do documento original que resultou no projeto. De fato, segundo Miranda Fontana, na proposta do ministro não constava qualquer menção à eliminação da corretagem e tampouco havia qualquer artigo liberando profissionais de outras categorias para atuarem como corretores.

“Entre o Ministério da Indústria e Comércio e a Casa Civil, por onde a proposta circulou, percebi que houve a adulteração do documento”, disse. Ele conta que o ministro então procurou o Congresso e alertou sobre o erro e, em seguida, o convocou para redigir um substitutivo ao documento. Para realizar tal missão, José Francisco de Miranda Fontana teve a colaboração dos diversos membros de sua comitativa, membros da Comissão dos Quatro. Sempre pensando no aprimoramento da categoria, Fontana incluiu no documento, entre outros, uma proposta para que a comissão dos seguros diretos fosse destinada à Funenseg para a criação e manutenção de escolas e cursos de formação e aperfeiçoamento profissional de corretores de seguros e prepostos e criação de bibliotecas especializadas. Com isso, foi modificado o artigo 19 da Lei 4.594, extinguindo-se o Fundo de Prevenção contra Incêndio, que foi transformado no Fundo de Desenvolvimento Educacional (FDES), alimentado pelas comissões de corretagem nos seguros diretos. “Foi a partir daí que a Funenseg passou a ter fundos”, observou.

Em dezembro de 1975, foi promulgada a Lei 6.317, com as sugestões de José Francisco de Miranda Fontana e dos demais membros da Comissão. Para ele, a nova lei foi a “carta de alforria” dos corretores porque estabelecia



Wikimedia Commons

meios de se adquirir fundos para profissionalização do corretor.

Em agosto de 1976, José Quirino de Carvalho Tolentino, um dos fundadores do CCS-SP e primeiro presidente da Federação Nacional dos Corretores de Seguros (Fenacor), reconhecida em 1975, encaminhou ofícios ao senador Itálvio Coelho, autor do Projeto de Lei do Senado nº 151/1976, que propunha modificar a Lei 4.594/1964, e ao deputado federal Antonio Henrique Cunha Bueno, solicitando suas providências. Em determinado trecho do ofício, Tolentino registra:

“(...) Em 28 de outubro de 1975, tivemos importante subemenda de autoria do deputado Viana Neto, modificando fundamentalmente o projeto inicial e, racionalmente, fortalecendo a lei que pretenderam reduzir a zero. A subemenda foi sancionada, na íntegra, pelo Presidente da República, no dia 22 de dezembro de 1975, como Lei nº 6.317.”

No início do governo do general Ernesto Geisel, em 1974, o Executivo promoveu reformas econômicas que não surtiram efeito

NASCE A FENACOR

Um dos capítulos mais importantes da história do Clube dos Corretores de Seguros de São Paulo é a criação da federação da categoria, a Fenacor, fundada em 25 de outubro de 1968, quatro anos antes da criação do CCS-SP. A então Federação Nacional dos Corretores de Seguros e de Capitalização do Estado da Guanabara foi oficialmente reconhecida em 25 de abril de 1975 pelo Ministério do Trabalho, passando a denominar-se Federação Nacional dos Corretores de Seguros e de Capitalização (anos mais tarde, a entidade também viria a agregar a representatividade dos corretores de resseguro, previdência privada e das empresas corretoras de resseguro).

O reconhecimento da Fenacor por meio da Carta Sindical do Ministério do Trabalho, assinada pelo ministro Arnaldo Prieto no dia 21 de março de 1975, foi bastante comemorada pelo CCS-SP, que teve forte influência nessa conquista. O Informativo do CCS-SP, de agosto de 1975 (reproduzido por ocasião das comemorações de 40 anos) destaca na

Capa do Informativo do CCS-SP e a manchete histórica. Na foto, o primeiro- secretário Miranda Fontana e o presidente da Fenacor, José Quirino



Alguns dos valorosos corretores que sempre defenderam a categoria: Antonio D'Amelio, Guido Magnani, Vitorio Campani, Petr Purm, Roberto Barbosa, Miranda Fontana, Paulo Gyner, Wolfgang Siebner, Antonio Cândido Sobrinho, Renato Rubens de Oliveira e Pedro Augusto Schwab

manchete **NOSSA FEDERAÇÃO EXISTE!**. A publicação transcreve a íntegra da Carta Sindical, que informa sobre o quadro associativo da Fenacor, composto pelos sindicatos estaduais da Guanabara, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo.

A eleição da primeira diretoria da Fenacor, registrada pelo Informativo do Clube, foi realizada no dia 26 de agosto, no Rio de Janeiro. Na disputa, o então presidente do Sincor-SP, José Quirino de Carvalho Tolentino, fundador do CCS-SP, foi vencedor. Além dele, outros membros do CCS-SP também compuseram a primeira diretoria da Fenacor: José Francisco de Miranda Fontana (primeiro-secretário) e Antonio D'Amélio (primeiro-tesoureiro). Os demais cargos foram distribuídos entre os oito sindicatos filiados.

Atualmente, a Federação representa judicial e extrajudicialmente seus sindicatos filiados e diversas delegacias que estão presentes em todos os estados do país, tendo por finalidade: proteger e defender os interesses da categoria econômica que ela representa perante as entidades privadas e autoridades públicas; colaborar com os poderes públicos no estudo e na solução dos problemas relacionados à categoria; prestar assistência técnica e jurídica aos seus sindicatos filiados.



Acervo Família Roncarati

PRIMEIRA DIRETORIA DA FENACOR

Efetivos

José Quirino de Carvalho Tolentino, Miguel de Moraes Pinto, Paulo Gyner Barreto Corrêa, Sergio Alfredo Petzhold, José Francisco de Miranda Fontana, Berthold Neitzel, Paulo Gomes Ribeiro, Roberto Silva Barbosa e Antonio D'Amélio.

Suplentes

Milton Paulo de Almeida, José de Almeida, Antonio Cândido Sobrinho, José de Almeida, Hemínio Brandão, Mariano Luiz Gregnanin, Paulo Agostinho Ferreira, Abdon de Oliveira Pinto e Geraldo Affonso Teixeira de Assumpção.

Conselho Fiscal Efetivos

Benedito Dario Ferraz, Carlos Abreu Costa, Frederico Augusto Broder e João Leopoldo Bracco de Lima

A AMEAÇA DOS BANCOS E DOS PREPOSTOS

Dias depois da edição da lei que regulamentou a profissão de corretor de seguros (Lei 4.594, de 29 de dezembro de 1964), o governo Castelo Branco promoveu uma reforma bancária (Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964), que instituiu o Banco Central, entre outras medidas, e classificou as seguradoras como investidoras institucionais. Era o primeiro passo para estas companhias se transformarem em empresas com características de comércio para as de natureza financeira, embora continuassem vinculadas ao Ministério da Indústria e Comércio. Após dois anos, quando o Decreto 59.195 foi editado, em 8 de setembro de 1966, o mercado segurador comemorou a instituição da obrigatoriedade da cobrança bancária dos prêmios de seguros. Até então, o prêmio era pago

por meio de notas promissórias emitidas pelo segurado ou corretor, mas a indenização era em dinheiro.

Reconhecido por seu incansável combate à presença dos bancos na atividade seguradora, Wolfgang Stefan Siebner, presidente do Sincor-SP, de 1981 e 1989, reconheceria, anos mais tarde, que o referido decreto tivera aumentado o apetite das instituições financeiras pelo seguro. Para subsidiar a preparação de manifesto comum assinado com entidades representativas de categorias prejudicadas pelo avanço dos bancos sobre suas respectivas atividades, ele escreveu: “ (...) Essa simulada concorrência desleal prejudica a livre negociação das seguradoras independentes e por extensão o consumidor”. No início da década de 70, os corretores de seguros ainda lutavam para consolidar sua atuação. Em 1974, surgiu

um movimento, com o apoio do governo, para promover a massificação dos seguros e baixar os custos da comercialização. Essa mudança era prevista no anteprojeto de Lei nº 2.290, que permitia às seguradoras a venda direta de seguros até o limite de cinco salários mínimos de prêmio. A questão dividia opiniões no mercado. O presidente do IRB, José Lopes de Oliveira, era a favor da medida.

Para defender os interesses dos corretores, o então mentor do CCS-SP, José Francisco de Miranda Fontana, se reuniu com Oliveira, em novembro de 1974, acompanhado pelo presidente do Sindicato dos Corretores de Seguros da Guanabara, Paulo Gyner. Segundo descrito no Boletim nº 9 do CCS-SP, “o presidente do IRB afirmou que nada tem contra os corretores de seguros e que faltou oportuno diálogo”. Mas, se o IRB era favor da massificação dos seguros por meio da venda direta, boa parte das grandes seguradoras não advogava a mesma tese. O Boletim traz a cópia de cartas de diversas seguradoras, que manifestaram apoio aos corretores: Atlântica-Boavista; Brasil Seguros; Companhia Internacional



UOL/História dos Bancos

de Seguros; Novo Mundo; SulAmérica Seguros; Itaú Seguros, entre outras.

A questão uniu os sindicatos estaduais de corretores de seguros, que na 5ª Reunião Nacional de Presidentes, no final de outubro daquele ano, apresentaram uma contraposta. Sem modificar a legislação, os sindicatos propuseram criar a figura dos “corretores-aspirantes”, formados por meio de cursos básicos para venderem os tais seguros que não excedessem cinco salários mínimos.

De acordo com Miranda Fontana, a luta foi árdua, mas proveitosa. Mesmo dispondo sobre a contratação de seguros sem as exigências e restrições previstas na Lei

A partir de meados da década de 60, os bancos começaram a ter apetite pelo mercado segurador

4.594, de 29 de dezembro de 1964, aquela norma favoreceu a categoria.

Outras reivindicações

O Clube dos Corretores de Seguros de São Paulo teve participação fundamental na realização do 1º Congresso Nacional de Corretores de Seguros, no dia 12 de outubro de 1978, no Rio de Janeiro (RJ), que reuniu 600 pessoas e os dirigentes dos oito sindicatos então filiados à Fenacor. Além da presença de toda a diretoria, o mentor Antonio D'Amélio e o secretário Paulo Leão de Moura Junior atuaram na presidência das Comissões de Teses e de Resoluções.

No final do evento, o plenário aprovou por unanimidade o documento apresentado pela Comissão de Teses e de Resoluções, denominado de “Carta do Rio de Janeiro”, que elencava os principais problemas que afligiam a categoria naquela época. “O trabalho e as perspectivas dos corretores estão sendo fortemente influenciados por fatores negativos, uns derivados de lei e outros de elementos estranhos à atividade”, registra o documento. Dirigida às principais entidades do setor (Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Susep, IRB e Fena-seg), a Carta reivindica a criação do Conselho Federal dos Corretores de Seguros, com o objetivo de assumir a condução de medidas necessárias ao desenvolvimento da categoria.

Em seguida, a Carta destaca cinco situações que vinham causando alvoroço ao mercado:

- 1º) O crescimento de prepostos, que poderia levar à desfiguração e desqualificação da profissão de corretor de seguros;
- 2º) A proliferação de corretoras cativas;
- 3º) A atuação dos bancos na intermediação de seguros;
- 4º) A legislação que impedia o trabalho de corretores nos seguros de órgãos públicos;
- 5º) A necessidade de cancelamento dos registros concedidos às corretoras de seguros ligadas ao Poder Público.

Os prepostos

A existência da figura do preposto sempre causou controvérsias na corretagem de seguros. Dimas de Camargo Maia escreveu no Jornal dos Corretores de Seguros, de janeiro de 1980, “que o primeiro erro na regulamentação da profissão foi a sutil invenção do preposto”. E mais: “Era falso corretor que surgiu na garupa do verdadeiro profissional, que teve na criação, ao que tudo indica, a decisiva participação das organizações bancárias”, disse.

Em 1978, durante o I Congresso Nacional de Corretores de Seguros, no Rio de Janeiro, José Francisco de Miranda Fontana apresentou a tese intitulada “O preposto de corretor de seguros e a desqualificação profissional”,

ênfatizando a gravidade da situação ao mostrar que a corretagem de seguros, uma atividade técnica, exigiria conhecimentos básicos de seguros, bem como formação profissional, o que era definido por lei. Na época, segundo a Susep, havia 11.556 corretores pessoa física no país; 1.703 corretores pessoa jurídica e 34.751 prepostos. Estes últimos estariam em condições de se tornar corretores sem nenhuma prova de habilitação técnico-profissional. Atendendo ao pedido da Fenacor, o conselheiro Roberto da Silva Porto apresentou uma sugestão para que o preposto realizasse estágio prático de aprendizagem durante dois anos, conforme previa a Circular Susep 2/1967. Porém, em 1979, a Resolução nº 5 do Conselho Nacional de Seguros Privados estabeleceu que os prepostos com

dois anos de estágio profissional não precisariam exibir o diploma ou certificado de aprovação na Funenseg. Para alguns conselheiros, os prepostos teriam direito ao certificado mediante simples prova, desde que atuassem há dois anos.

A tese de Fontana foi aceita pelo CNSP, que resolveu suspender a concessão automática da carteira de habilitação para corretores de seguros aos prepostos que não apresentassem prova de habilitação técnico-profissional. No espaço do Sincor-SP no JCS, na coluna “O Sindicato em Ação”, o presidente Siebner, que havia se reunido em duas ocasiões com o presidente da República João Baptista Figueiredo, em 26 de janeiro de 1982 e 17 de março de 1983, enviou telex ao ministro da Fazenda Ernane Galvêas sugerindo a

extinção dos prepostos. Essa era a argumentação:

Atualmente, existem mais prepostos do que corretores. Desvirtuaram a figura original do preposto, que deveria ser um aprendiz da profissão, com condições de substituir o corretor nos seus impedimentos. Mas 90% são marginais da profissão, representados por gerentes e funcionários de bancos.

Ele menciona que é infundada a preocupação de causar o desemprego de milhares de prepostos, que estariam colocando em risco a profissão do corretor. Segundo Siebner, a Funenseg se preparou para aplicar exame a 8 mil prepostos. Mas, apareceram 300 e apenas oito passaram. “A figura do preposto tinha cabimento quando ainda não existia a Funenseg. Com a existência e seus exames, a figura do preposto deve ser abolida”.



Arquivo/Sincor-SP

Presidente João Figueiredo recebendo o presidente do Sincor-SP, Wolfgang Siebner, em 1983

Sustada, para estudo, a Circular Presi 44

A sustação, prazo para sugestões, e uma crítica ao texto inicialmente aprovado, na página 7

Jornal dos Corretores de Seguros

JCS

Sindicato dos Corretores de Seguros e Capitalização no Estado de São Paulo

Jornal dos Corretores de Seguros



Você também vai ser
assaltado hoje, se já não foi.
Amanhã, idem. Leia logo
a nova seção: Humor/estórias.
Páginas 14 e 15

E MAIS:

Sindicato insiste: representação no CNSP
(Página 2)

Paira no ar a ameaça de uma superestatal
(Página 9)

Somos uma classe em extinção. Somos?
(Página 10)

Capa da segunda
edição do JCS,
na era Nelito
Carvalho: defesa
intransigente do
corretor de seguros
independente

CLUBE EDITA O JCS

O CCS-SP sempre valorizou a comunicação com seus associados e o mercado. No início, utilizava os meios disponíveis, como telex, telefone e boletins impressos, para divulgar suas ações e disseminar seus propósitos. Um ano após a fundação, a entidade passou a editar um boletim informativo. O veículo era impresso em tamanho ofício, com quatro páginas ou até oito páginas, e reproduzido em cópias para distribuição. A produção era artesanal, com textos datilografados ao lado de fotos coladas no impresso. Além da divulgação de eventos, o boletim também veiculava ofícios recebidos e enviados pelo mentor e outras notícias do mercado publicadas na imprensa.

O mentor Renato Rubens Rocchi Guedes de Oliveira (gestão 1976/1978) lembrou-se desse período por ocasião do 19º aniversário do CCS-SP. “Eram tempos heroicos. O Clube não tinha receita, sua sede era o escritório do mentor e o boletim era feito pelos próprios integrantes da diretoria”, disse. O primeiro boletim informativo,

publicado em novembro de 1973, divulgou o regimento interno da entidade e a lista de fundadores. Daí por diante, a publicação foi produzida com mais regularidade.

O Boletim Informativo do CCS-SP circulou até 1979, sendo substituído pelo *Jornal dos Corretores de Seguros (JCS)*, em formato tabloide. A edição nº 1 do JCS circulou no dia 5 de junho de 1979. Em papel jornal, impressão preto e branco e periodicidade mensal, o veículo foi lançado com festa no almoço do CCS-SP, com a participação de representantes da Fenacor, IRB, Susep, presidentes de seguradoras e outros convidados. Para o ex-presidente do Sincor-SP, José Quirino de Carvalho Tolentino, presente no lançamento, as iniciais do nome do jornal induzia à ideia de “*Jornal do Clube e do Sindicato*”.

Idealizado pelo mentor do CCS-SP, Antonio D’Amélio, o jornal era produzido nas dependências do Sincor-SP. O vínculo entre as entidades estava expresso no expediente da publicação, que trazia a composição da diretoria do Sincor-SP e, logo abaixo, a do Clube. Mas, apenas seis

edições do JCS foram produzidas pelo Sincor-SP. Na época, os sindicatos ainda atuavam sob a vigência do regime militar. Embora, naquele mesmo ano tenha se iniciado no país o processo de abertura política, no governo de João Baptista Figueiredo, com a assinatura da Lei de Anistia, em agosto de 1979.

O Clube dos Corretores assumiu em seguida a publicação, realizando esse trabalho por 14 anos, até 1993, quando então o veículo retornou ao Sincor-SP, com o qual permanece até hoje. No JCS, sob gestão do Clube, o sindicato contava com um espaço permanente para publicação de notícias e editorial do presidente. A situação se inverteu quando o JCS retornou ao Sincor-SP e, desde então, o CCS-SP mantém um espaço para veicular suas ações.

Logo no primeiro ano de circulação, um debate memorável promovido pelo CCS-SP na Federação do Comércio de São Paulo, no dia 4 de outubro de 1979, para discutir a comercialização de seguros, ganhou destaque de dez páginas na edição nº 6. No debate, representaram os corretores

Antonio D'Amélio, Petr Purm, Paulo Leão de Moura Junior, Renato Guedes de Oliveira, José Francisco de Miranda Fontana e Wolfgang Siebner.

Outros assuntos recorrentes na publicação eram o seguro vendido por bancos, a Circular 22 (que autorizava descontos nos prêmios de seguro-incêndio e lucros cessantes), revisão tarifária, criação do conselho federal da categoria etc. Um testemunho atual de parte daquele período foi postado no site do CCS-SP, em 2017, por João Urdiales Gongora, que, no período de 1990 a 1992, participou da coordenação editorial e comercial do JCS. O então mentor Milton D'Amélio lhe confiou a missão, quando o veículo atingiu o 13º ano de circulação. “Queríamos uma publicação de primeira linha, digna de sua tradição como o primeiro informativo destinado a corretores”, afirmou o mentor, naquela época.

Gongora coordenou o jornal e ajudou na tarefa de captar anúncios. “No início havia um déficit, mas com a ajuda de algumas seguradoras anunciantes, obtive sucesso e entreguei o jornal com um superávit de US\$ 20 mil”, diz. De fato, ao encerrar sua gestão, Milton D'Amélio reconheceu que o trabalho teve pleno êxito. Na edição nº 150, em junho de 1992, o JCS fez uma retrospectiva de sua trajetória, reconhecendo que exerceu a função permanente – e senão única, na época – de canal para a manifestação pública dos corretores. Em contrapartida, também foi prestigiado pelo mercado e pelos anunciantes.

Um levantamento realizado da 1ª à 150ª edição revelou que o JCS contou com o apoio de 84 anunciantes. No ranking de edições, a Indiana estava em primeiro lugar, com quase 150 anúncios, seguida da

Marítima, Brasil, Executivos, Generali, Paulista, Adriática, Porto Seguro, Vera Cruz e Libra.

A grande obra de Nelito Carvalho

É fato indiscutível: a história do JCS não estaria completa se não contemplasse a passagem marcante do jornalista Nelito Carvalho pela publicação durante os oito anos em que foi editor - da edição nº 1 até a nº 92. Experiente profissional, com atuação nos importantes jornais do país, ele foi apresentado à diretoria do CCS-SP, recém-eleita em 1979, por Paulo Leão de Moura Junior. Embora pouco familiarizado com o setor, aceitou o desafio de editar a publicação. Em pouco tempo, passou a dominar o assunto e a assimilar o tom certo de comunicação com os corretores de seguros. Na centésima edição do JCS, em abril de 1988, Nelito comentou sua trajetória no jornal. “O primeiro número foi muito bem recebido, tanto pelos sócios, como pelos anunciantes. Não havia outra publicação parecida, apenas a revista Previdência, do Rio de Janeiro”, disse. O jornalista lembrou o pioneirismo do jornal em São Paulo. “Antes, o Sincor-SP editava uma revista (Securitas) que não teve muito sucesso e acabou. Mas com o JCS foi diferente. O jornal deu origem a uma série de filhotes como o do Clube dos Corretores de Seguros do Rio de Janeiro e dos sindicatos da Bahia, Minas Gerais e Paraná. Alguns continuaram e outros não existem mais”.

Lembrando a defesa intransigente do corretor de seguros independente que a publicação sempre defendeu, Nelito citou duas edições que repercutiram muito bem junto à classe. Uma publicou um documento sobre o mercado segurador elaborado por técnicos estranhos ao setor, a pedido do Ministério da Fazenda,



Arquivo: CCS-SP

De 1990 a 1992, João Gongora, participou da coordenação editorial e comercial do veículo

contendo críticas à atuação da Susep e do IRB. Outra veiculou a íntegra do debate entre os corretores e seguradores, organizado pelo Clube na Federação do Comércio do Estado de São Paulo. “Dois bons momentos vividos pelos JCS”, ressaltou. Duas características marcaram o período Nelito no JCS: a irreverência e a independência. A maioria das capas do JCS era ilustrada com charges bem humoradas e críticas de Flávio Carvalho, filho caçula do jornalista. “Meu irmão tinha 15 anos e nem havia entrado para a faculdade de

arquitetura, mas já produzia as artes do jornal”, disse o outro filho, Manoel Carvalho, em entrevista ao JCS, em 2014. Ele e o irmão Sérgio trabalharam ao lado do pai. Embora o JCS seguisse o posicionamento das diretorias do Clube e do Sincor-SP, Nelito tinha total liberdade de expressão. Essa liberdade, por vezes, desagradava a alguns, mas, ele, seguia firme. Segundo Manoel, Nelito defendia o posicionamento de um jornal cada vez mais independente, produto do jornalismo baseado em fatos, fazendo questão de

delimitar claramente a linha que separava a parte editorial da comercial. “Ele produzia as notícias e estimulava o debate, buscando incansavelmente pela elevação do nível da categoria dos corretores de seguros, de modo que fosse reconhecida, inclusive, por outras entidades de classe empresariais e pelo Congresso Nacional”, disse ele aos jornalistas do Sincor-SP, em entrevista ao JCS, em 2014. Nelito faleceu no ano anterior.



Sincor-SP

A categoria,
unânime, reconhece:
Leoncio contribuiu
para disseminar a
cultura do seguro
por todo o País

SURGE UM LÍDER NO MERCADO

Determinação, coragem e ousadia são três expressões que, conjugadas, significam liderança. Esta foi a principal qualidade de um dos maiores nomes do setor no seguro nacional, ex-presidente do Sincor-SP por quatro mandatos, Leoncio de Arruda. Paranaense de Paranavaí, ele militou em várias entidades de corretores de seguros: além do sindicato paulista, foi ex-presidente da extinta Associação dos Corretores de Seguros de São Paulo (Acorsesp), da Federação Nacional da categoria (Fenacor) e da Funenseg. Chegou até ocupar o posto de *chairman* do Comitê Executivo da federação mundial dos corretores (WFII). “Dei muita sorte. Entrei no mercado de seguros quando o setor ainda representava menos de 1% do PIB. Hoje temos mais de 3% e com certeza vamos crescer muito nos próximos anos”, afirmou em entrevista à Revista da APTS, em 2010. Infelizmente faleceu aos 56 anos, em dezembro de 2011, deixando perplexos muitos de seus amigos e corretores. A categoria, unânime, reconhece: Leoncio contribuiu para disseminar a cultura do seguro por todo o País. E sua ligação posterior com o Clube de Corretores de São Paulo, nos anos 80, foi marcante, embora não tivesse assumido a mentoria em nenhum momento. Após morar em Petrolina (PE), ele, adolescente, e a família fixaram residência em São Paulo, no início da década de 70. Ao final desse período, acumulou experiência na General Motors e no

Grupo Abril, por meio dos quais manteve seus primeiros contatos com as corretoras de ambas as organizações. Na época, o segmento começou a despertar-lhe o interesse pelo fato de que o seguro pouco representava para o PIB brasileiro. A partir daí decidiu estudar seriamente o assunto.

Em 1982, Leoncio tornou-se profissional habilitado, pois já atuava na área como gerente de uma corretora. Três anos depois, abriu seu próprio negócio – a Arruda Corretora de Seguros, cujo envolvimento e dedicação perduraram até a sua morte. A partir de então, surge o primeiro “desafio”: visitar uma entidade de classe. Mas Leoncio era resistente ao fato, como ele próprio narra nesta passagem:

Um dia, um amigo me disse: “Vamos ao Sindicato?”. “Não quero me envolver com isso não, acho besteira”, respondi. Uma outra pessoa me falou: “Vá lá. Quem sabe um dia você vira líder sindical. Você tem jeito para isso”. Eu vim para cá e comecei a participar de assembleias. Logo se encantou a com a figura combativa do presidente Wolfgang Siebner, que dividia a simpatia dos corretores.

A profunda admiração pelo dirigente o motivou a participar da vida do sindicato. A convite de Siebner, Leoncio assumiu a recém-criada Comissão de Novos Sócios, com o objetivo de aumentar o número inexpressivo de associados, na época. E a decisão não poderia ser mais feliz. Até que decidiu disputar a eleição em 1989 com Octávio

Milliet, presidente interino e então vice de Siebner, este falecido anos antes.

Em meados dos anos 80, Leoncio frequentava reuniões com um grupo seletivo de profissionais ligados ao Clube de Corretores de Seguros de São Paulo, entre eles Henrique Elias, mentor entre 1994 e 1996, e Milton D'Amélio (1990-1992). Estes decidiram apoiar o intrépido corretor à presidência do Sincor-SP. O candidato ao principal cargo da entidade reunia qualidades indispensáveis. Graças a ele, o quadro de associados do sindicato aumentou substancialmente, cujos eventos chegariam a atrair 200 pessoas, uma quantidade inimaginável na história do Sincor.

“Leoncio mantinha relacionamento com inúmeros corretores. Ele trouxe vários deles para o sindicato, além de ter empreendido uma campanha de valorização da classe”, recorda-se Milton D'Amélio. Leoncio, contudo, perdeu a eleição para Milliet, mas nem por isso afastou-se de sua missão de valorizar o papel dos profissionais de seguros. No ano anterior ao pleito, Leoncio filia-se à Associação dos Corretores de Seguros do Estado de São Paulo (Acorsesp). Assumiu a presidência em 1989, permanecendo no cargo até 1992, ano de nova eleição no Sincor-SP. O apoio estratégico do Clube foi retomado na segunda tentativa. Venceu a disputa em chapa única ao efetivar a migração dos sócios da Acorsesp para o sindicato, numa impressionante manobra política. A partir de então, iniciou as indicações para a mentoria do CCS-SP. “Leoncio considerava o Clube muito independente”, resalta Milton D'Amélio. O presidente do Sincor-SP foi presença constante nas reuniões promovidas por vários mentores e suas defesas em prol do fortalecimento da classe encontraram sempre

eco nas manifestações do Clube. Ele chegou a ser secretário da entidade na gestão de Paulo Rubens de Almeida (1986-1988).

As bandeiras de Leoncio

Logo que iniciou sua militância como corretor de seguros, Leoncio de Arruda já se mostrava um árduo defensor de algumas das principais bandeiras da categoria. Na reunião do Clube dos Corretores, em 10 de outubro de 1987, o grande tema foi a Circular 22 emitida pela Susep. O entendimento era de que os descontos nos prêmios de seguro-incêndio afetariam “sobremaneira as normas de prestação de serviço e comercialização dessas apólices”.

Outra importante bandeira, já como presidente do Sincor-SP, referiu-se ao fim da TRD (Taxa Referencial Diária) como indexador das operações de seguros manifestada em reunião do Clube em maio de 1993. Leoncio revelou aos presentes uma conversa mantida com o presidente do Sindicato das Seguradoras do Estado de São Paulo sobre a criação de um indexador próprio para o setor. Também na reunião, o dirigente transmitiu seu otimismo quanto à redução do ISS sobre a atividade do corretor na cidade de São Paulo, passando de 5% para 2%, aliviando, assim, o orçamento, sobretudo, dos pequenos corretores.

Leoncio é autor de vários estudos com subsídios sobre temas como a privatização do seguro de acidentes de trabalho, regulamentação do Artigo 192 da Constituição Federal e criação do Conselho Federal dos Corretores de Seguros. Quanto a esta última medida, ele, no papel de presidente do Sincor-SP, em 1994, integrou comissão para acompanhar a tramitação do projeto no Senado formada pelos presidentes Armando Vergilio (Sincor-GO),



Henrique Brandão (Sincor--RJ) e Roberto Barbosa (Sincor-MG). A criação do conselho, no entanto, era um desejo desde a sua primeira gestão à frente do Sincor: *Quando cheguei, em 1992, existia a vontade de fazer um Conselho Federal dos Corretores de Seguros. Acreditava-se que a questão da ética seria resolvida com esse conselho. E não era bem assim. (...) O Toninho (Antonio D'Amélio, primeiro vice-presidente) criou o primeiro código de ética para o Sincor-SP e começamos a fazer um trabalho que ninguém tinha feito: identificar os maus profissionais; juntar provas contra eles e abrir um processo dentro do Sincor-SP (...) Esse código foi discutido na classe, foi alterado e, já há algum tempo, faz parte do nosso Estatuto.*

Incansável pela luta em prol da valorização do corretor de

seguros, Leoncio de Arruda sempre esteve participando das principais pautas da categoria, tanto como na presidência do Sincor-SP, Fenacor e Escola Nacional de Seguros, como nas reuniões sempre muito movimentadas realizadas no Clube dos Corretores. Era corajoso e audaz – qualidades herdadas pelo seu “ídolo” Wolfgang Siebner – mantendo-se firme em seus princípios até a sua morte prematura, em 29 de dezembro de 2011. Faltou ao currículo de Leoncio, porém, outra grande missão: a de ser efetivamente mentor do CCS-SP.

Leoncio, Antonio D'Amélio e João Leopoldo: três personalidades marcantes na indústria do seguro

TEMPOS DIFÍCEIS

Os preços dos produtos nos supermercados eram remarcados diariamente. Galopante, a hiperinflação no Brasil engoliu anos e anos entre as décadas de 80 e 90. Dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) mostram que entre 1980 e 1989, a inflação média no país foi de 233,5% ao ano. Na década seguinte, entre os anos de 1990 e 1999, a variação anual subiu para 499,2%. Foram cerca de 15 anos de inflação acima de dois dígitos e de correção monetária. Todos os setores da economia tiveram sérios problemas, inclusive o de seguros. A falta de competição entre as companhias, a inflação em alta e a população pouco habituada contribuíam para um cenário dormente.

O início da mudança se dá por volta de 1990. A partir desta época, as

seguradoras conseguiram que o governo concedesse mais liberdade para oferecer melhores condições aos clientes e maior fixação de valores. Naquele período também houve a chegada de muitas empresas internacionais, o que movimentou bastante o mercado. Num intervalo de oito anos, foram implementados sete planos econômicos. Contudo, o advento do Plano Real, em 1994, influenciou o crescimento do mercado de seguros. O Plano promoveu a estabilização monetária e marcou o fim da hiperinflação.

Algumas soluções engenhosas, como a adoção de índices para permitir o recebimento dos prêmios e o pagamento das indenizações no período de hiperinflação, possibilitou que produtos em princípio condenados pela desvalorização da moeda, conseguissem não apenas se manter, mas cumprir

O presidente do Sincor-SP e os corretores: “Fomos considerados o terceiro melhor lobby independente da Constituinte pela Fiesp”

Acervo CCS-SP



sua função social, como foi o caso dos seguros de vida em grupo nessas décadas.

Um vendaval chamado Plano Collor

A economia do país sofreu mudanças depois do vendaval chamado Plano Collor, lançado em uma tentativa de debelar o processo inflacionário brasileiro. O pacote radical de medidas econômicas desferido contra a população naquele 16 de março de 1990 determinou que as quantias superiores a 50 mil cruzados novos depositadas em contas-correntes, contas de poupança e investimentos fossem bloqueadas e remetidas ao Banco Central. Os lucros obtidos pela ciranda financeira

foram varridos e as seguradoras, obrigadas a arregaçar as mangas e produzir.

As primeiras semanas do Plano Collor provocaram insegurança generalizada em toda a sociedade. Mas, apesar de tantas conjecturas, houve mudança positiva no relacionamento entre corretores e seguradoras. Os problemas advindos do próprio plano acabaram unindo esses profissionais em busca do mesmo objetivo: priorizar o segurado. Mas isso não bastava. A estrutura do mercado apresentava problemas e vivia à mercê do governo. O pequeno corretor sentiu muito mais dificuldades e as falhas do mercado segurador ficaram evidenciadas.

Circular da Susep, na época, facultava o direito de pagar em cruzeiros ou cruzados novos. A ordem era negociar. Não foi o que ocorreu na totalidade do mercado. O corretor pequeno, sem poder de pressão, sofreu para reivindicar, junto às seguradoras, o pagamento de sinistros em cruzeiros. O Sincor-SP, presidido à época por Octávio Milliet, somava esforços com as companhias para viabilizar, junto ao governo, a liberação de crédito para o setor.

O seguro se sobressai

A realidade dividia o cenário: parte das seguradoras estava em boa situação e outra não. Segundo Cláudio Afif Domingos, então



diretor-superintendente da Indiana Companhia de Seguros, as que estavam em desvantagem já vinham com problemas antes do fatídico 16 de março. “Elas trabalhavam com fluxo de caixa e aplicavam esses valores no mercado financeiro. O confisco da poupança obrigou a população a recorrer ao seguro. Quem nunca comprou o produto, passou a adquiri-lo”, revelou.

Durante a realização do XII Encontro Regional dos Corretores de Seguros, o ex-presidente do Banco Central, Fernando Milliet, afirmou: “Hoje, mais do que nunca, o seguro é um grande atrativo para quem não quer ser pego desprevenido, já que o plano de estabilização econômica impede a utilização de recursos financeiros que se encontram bloqueados”.

Diante dessa conjuntura, recomendava-se ao corretor uma atuação estreita com as seguradoras, pois dependia dele oferecer a melhor opção ao segurado. Após cerca de três meses de Plano Collor, a realidade do setor não mudou significativamente. Apesar das projeções

Milliet e Leoncio (ao centro) com os corretores de seguros em Brasília: luta para garantir direitos dos profissionais na Constituinte

otimistas, as vendas e apólices esbarravam nos mesmos patamares que antecederiam a posse do novo governo e os descontos elevados de 50% a 60% ainda eram praticados. Nenhum outro mentor do CCS-SP enfrentou período mais turbulento na história do país do que João Leopoldo Bracco de Lima. Basta dizer que, durante sua gestão, ocorreu o confisco do governo Collor. Mas também houve o descontrole inflacionário, a edição de vários pacotes econômicos e a mudança de moeda. Bracco de Lima se preocupava com a solvência das seguradoras e dizia que os corretores não poderiam permanecer alheios a essa questão. Em 1990, ao término de sua gestão, fez um balanço desse período conturbado inclusive para o setor. “Nesta minha gestão, a economia

dominou o dia a dia dos profissionais de seguros, que se viram obrigados a adaptar-se ao Plano Verão, no início do ano passado, à volta acelerada da inflação, no segundo semestre”, comentou. No mercado, Bracco de Lima destacou a determinação da Susep, em 1989, de acabar com a cobertura do seguro de automóvel que indenizava pelo valor de mercado. “O Clube defendeu veementemente a cobertura e ainda sugeriu um adicional de 50% sobre a importância segurada a fim de que as coberturas se aproximassem da variação dos preços dos veículos”.

A luta durante a Constituinte

A Constituição de 1988 foi promulgada em consequência da realização de uma Assembleia Nacional Constituinte, convocada pelas forças políticas brasileiras após o período do regime militar. A Carta Magna trazia o Artigo 192, que estabelecia uma nova estrutura para o Sistema Financeiro Nacional. A solução dos problemas existentes na área de comercialização de seguros estava na regulamentação deste artigo. Essa era a postura da diretoria do Clube dos Corretores de Seguros de

São Paulo. Naquele momento, a direção da entidade reafirmava a sua tese em virtude da criação de uma empresa ligada ao Banco do Brasil: “uma constituição estatal competindo no mercado de livre iniciativa”.

A polêmica questão desse modelo de negócio começou a ganhar novos contornos quando algumas instituições financeiras deram sinais de que era preciso encontrar mecanismos mais realistas para enfrentar “essa distorção mercadológica”. Em 1994, a presença das instituições financeiras em seguros era de 67%. Mas um relatório da Standard & Poor’s Financial Services, publicado em fevereiro de 2014, estimava um percentual menor, porém significativo: cerca de 60% de todas as receitas de prêmios de seguros do país eram originadas das agências bancárias.

Movimento

Em 1988, durante a Constituinte em Brasília, o presidente do Sincor-SP, Fenacor e Funenseg, Octavio Milliet, liderou um movimento de corretores que visava defender os direitos dos profissionais junto aos parlamentares. Milliet e o grupo procuravam

conscientizar as lideranças políticas de vários Estados no Congresso, sobretudo as dos partidos do “Centrão”, sobre o perigo iminente da comercialização de seguros ser feita por gerentes de bancos.

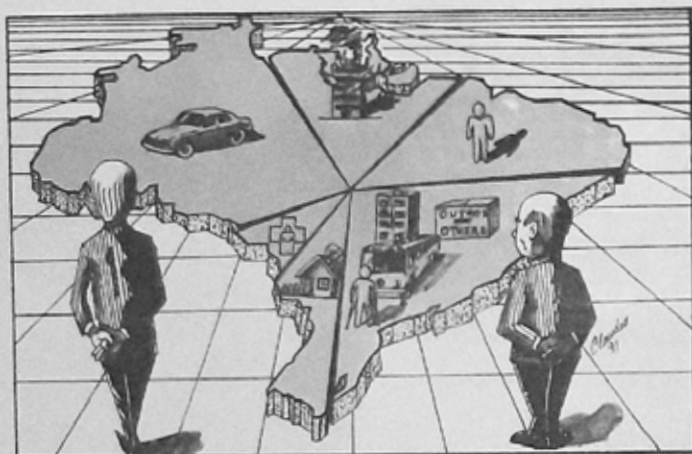
Milliet recorda o episódio: “Passei 189 dias em Brasília naquele ano. As despesas corriam por nossa conta. Fomos considerados o terceiro melhor lobby independente da Constituinte pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo)”. Octavio Milliet destaca o então deputado federal e corretor Antônio Henrique da Cunha Bueno como o autor de dois incisos inseridos no artigo 192, estabelecendo que os bancos só podiam operar produtos financeiros no mercado e não mediante acordo com as seguradoras. “As emendas foram aprovadas posteriormente. Conseguimos inserir o caput do artigo 192 e os dois primeiros incisos”, finaliza.

JORNAL DOS CORRETORES DE SEGUROS

Ano 13 - Nº 141 - Setembro 91

Distribuição Gratuita - Mensal

Edição Especial / Special Issue



Uma radiografia do seguro no Brasil

Os anos 90 sobressaem-se como a década das mudanças a serem implementadas pelo mercado segurador. Seguradores e corretores querem maior liberdade de atuação, depois de mais de 20 anos operando sob o rigor de regras definidas por órgãos ligados ao Governo Federal. Os empresários, no entanto, têm ainda uma longa caminhada a percorrer. Primariamente, há o fator macroeconómico. A inflação oficial do Brasil aproxima-se dos 20%. A recessão aprofunda-se. Cai o nível de investimentos por parte do governo. O Produto Interno Bruto (PIB) está em queda. Segundo, há questões estruturais do próprio segmento de seguros. Ele precisa rever leis, adotar conceitos mercadológicos mais modernos, alterar sistemas administrativos e financeiros. Especialistas em marketing enfatizam que o próprio segurado está exigindo as mudanças. O cliente quer maior agilidade nos serviços e mais opções em termos de produto, diante de um mercado que concentra 79% de sua arrecadação em prémios em cinco ramos.

An X-Ray of the insurance in Brazil

The nineties project itself as the decade of the changes to be introduced by the insurance market. Insurers and brokers want more freedom to operate, after having been for over 20 years operating under the rigour of rules defined by bodies linked to the Federal Government. The businessmen, however, still have a long way ahead. First, there's the country's structural economical factors. The official inflation of Brazil is almost 20%. The recession gets deeper. The level of investments made by the government drops. The Gross National Product is falling. Secondly, there are structural questions of the insurance segment itself. It must review laws, adopt more modern, marketological concepts, modify financial and administrative systems. Marketing experts emphasize that the insured is demanding the changes himself. The clients want more agility in the services and more options in terms of product, face to a market that concentrates 79% of its premium collecting in five branches.

Reprodução do Jornal dos Corretores de Seguros nº 141

Em setembro, uma surpresa para os leitores do JCS: o veículo foi editado em português e inglês

DÉCADA DE MUDANÇAS

Com as reformas dos primeiros anos da década de 1990, teve início um período de crescimento que foi ainda mais acentuado após o sucesso da estabilização monetária de 1994 que acabou com a hiperinflação. Esse novo cenário competitivo exigiu das companhias uma mudança cultural organizacional e estratégica. Para manter a competitividade e enfrentar os novos desafios trazidos pelo panorama econômico do pós-Plano Real, a estratégia das empresas baseou-se na disseminação interna de uma cultura focada na busca de melhores resultados. No final dessa década, aumentava a participação das companhias seguradoras estrangeiras no total de prêmios negociados.

O Código de Defesa do Consumidor (CDC), instituído pela Lei nº 8.078, que entrou em vigor em março de 1991, e se consolidou como o principal instrumento de defesa do consumidor, caminhando para a sua terceira década de existência, foi um marco na relação entre cliente e seguradora trazendo novas expectativas aos representantes do mercado segurador. Naquele

momento, com o consumo em baixa, a implementação do Código ocasionou preocupações e interesse das entidades do setor em adaptar-se tanto às técnicas comerciais mais modernas, quanto à produção e à comercialização.

Mas a adaptação das companhias ao CDC não acontecia de um dia para o outro. Demandava tempo e cuidado. Em artigo publicado no JCS, pelo advogado Antônio Penteado Mendonça, a atividade seguradora se utilizou do Código para aprimorar o seu produto. “Todos os segmentos se engajaram na questão e as consequências foram as mais positivas, com a desregulamentação do mercado caminhando de forma rápida para a criação de apólices inteligentes que respondem aos anseios dos segurados”.

Com o código como parâmetro, as seguradoras e os corretores buscariam soluções inteligentes para possíveis problemas de seus clientes. A maior consequência – ainda na opinião de Penteado – foi o aumento do grau de responsabilidade, tanto das companhias de seguros, quanto dos profissionais. “Na medida em que a lei determinou uma série de corresponsabilidades,

todos passaram a escolher criteriosamente os seus parceiros para evitar punições que poderiam não depender de sua atuação direta”.

Plano Diretor do mercado

O Plano Diretor do Sistema de Seguros, Capitalização e Previdência Complementar é considerado um marco para história do segmento. O plano foi precedido, contudo, pela Carta de Brasília, anunciada em 6 de maio de 1992 pela Fenaseg - Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta. O objetivo da carta era oferecer um documento que representasse os anseios de todos os operadores dos seguros no país e nortear as mudanças necessárias para o crescimento do setor.

Pouco mais de dois meses depois, em 17 de julho de 1992, durante o governo Collor, em uma ação conjunta do IRB, Susep e Secretaria de Política Econômica, e sob o comando do então secretário Roberto Macedo, é lançado oficialmente o Plano Diretor. Entretanto, a questão mais relevante aconteceu ainda em 1992 com o fim das tarifas. Naquele momento, todas

as seguradoras poderiam oferecer produtos diferenciados e não mais condicionados a tabelamentos pelo governo. Esse foi um grande avanço que trouxe valor aos segurados. O Plano pretendia reestruturar o mercado nacional, ao considerar também as experiências internacionais de abertura do setor, como a de países como Chile, da Colômbia e Argentina.

Também propôs promover a reestruturação e modernização do IRB e da Susep. No caso do Instituto, o objetivo era transformá-lo em uma sociedade anônima com representatividade de todos os acionistas em seus órgãos de gestão. Quanto à Susep, lhe caberia o papel de órgão de supervisão e fiscalizador, oferecendo proteção aos consumidores. Como consequência das propostas constantes da Carta de Brasília e do Plano Diretor, duas importantes medidas, de natureza legal e administrativa, marcam a história do seguro no Brasil em 1996: a permissão da entrada de empresas estrangeiras no mercado e a quebra do monopólio do IRB.

Principal canal de distribuição

A partir da década de 1990, com a consolidação do corretor como principal canal de distribuição dos seguros no Brasil, este profissional passou a buscar cada vez mais especialização. Atualmente, até os grandes conglomerados financeiros têm os corretores como principais parceiros, especialmente para a venda dos seguros mais complexos. E um detalhe importante: como os profissionais passaram a integrar o Sistema Nacional de Seguros Privados, eles também passaram a ser regulados pelo Decreto Lei nº 73/66 (considerado a Lei Básica do Seguro).

A atividade de corretagem é tratada, por força de autorização legal, por meio de decretos do presidente da República e em circulares da Susep. No Brasil, embora tenham surgido novas formas de venda de produtos nos últimos anos, sobretudo por meio de soluções digitais, o canal corretor continua sendo o mais importante do mercado, com uma representação estimada de 80% a 85% da receita desse setor.

A partir de então ficou evidenciada a necessidade de especialização da categoria como forma de conquistar o mercado e suas inúmeras facetas – tema, aliás, sempre enfatizado em reuniões promovidas pelas entidades representativas da categoria. Em 1988, por exemplo, a Fenaseg coordenou a primeira edição do “Balanço Macro-Econômico Social do Setor de Seguros”, levantamento que apontou o grau de escolaridade dos corretores. Só na principal capital do país, São Paulo, 46,4% possuía o ensino médio completo e apenas 31% tinham formação em nível superior.

O JCS em inglês

No último quadrimestre de 1991, os profissionais do setor foram surpreendidos pela edição nº 141 do Jornal dos Corretores de Seguros traduzida para o inglês. A edição de setembro, bilíngue, era plenamente justificável: iria circular no III Encontro Mundial dos Produtores de Seguros, no Rio de Janeiro. Em função da grandiosidade do evento, que aconteceu em 1992, o Clube dos Corretores marcou importante presença. Cinquenta países participaram do encontro, considerado um sucesso. O JCS em inglês confirmou o vigor jornalístico de uma publicação que promovia o debate em alto nível dos principais assuntos da área

do seguro, alçando o corretor como o protagonista de um cenário econômico ainda preocupante, embora o valor da classe era definitivamente reconhecido. Na edição 141, o jornal, com o seu editorial “Uma radiografia do seguro no Brasil” estampado na capa, fazia uma análise dos anos 90 para o setor. Parte dos comentários retrata a realidade presente.



Os anos 90 se destacam como a década de mudanças a serem implementadas pelo mercado segurador. Seguradores e corretores querem maior liberdade de atuação, depois de mais de 20 anos operando sob o rigor de regras definidas por órgãos ligados ao Governo Federal. Os empresários, no entanto, têm ainda uma longa caminhada a percorrer. Primeiramente, há o fator macroeconômico. A inflação oficial do Brasil aproxima-se dos 20%. A recessão aprofunda-se. Cai o nível dos investimentos por parte do governo. O Produto Interno Bruto (PIB) está em queda.

Segundo, há questões estruturais do próprio segmento de seguros. Ele precisa rever leis, adotar conceitos mercadológicos mais modernos, alterar sistemas administrativos e financeiros. Especialistas em marketing enfatizam que o próprio segurado está exigindo as mudanças. O cliente quer maior agilidade nos serviços e mais opções em termos de produtos diante de um mercado que concentra 70% de sua arrecadação em prêmios em cinco ramos.

Durante o governo Collor, em uma ação conjunta do IRB, Susep e sob o comando do secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, é lançado o Plano Diretor para o mercado em 1992

A ERA DA INFORMATIZAÇÃO

A digitalização das companhias seguradoras teve início ainda nas décadas de 80 e 90, com a implementação de sistemas de gestão e envio de informações periódicas ao órgão regulador. Um homem que anteviu esse processo foi o mentor Luis Lopez Vazquez, que geriu o CCS-SP de 1992 a 1994. Visionário, em 1982, ele escreveu artigo intitulado “Computador e o Seguro”, enaltecendo a utilidade do equipamento para cruzar dados do cliente e do veículo para reduzir o preço do produto. Lembrando-se daquele período, o mentor Henrique Elias (1994/1996) afirmou que o Clube era composto por boas cabeças preocupadas com o futuro da categoria.

O futuro a que se referiu o mentor Elias exigia, além, é claro, da especialização da categoria nos vários segmentos, tema que dominou as reuniões nos anos 80 e 90, do domínio das ferramentas tecnológicas. O computador começou a assumir protagonismo assustador

naquela época. Contudo, as seguradoras tomaram a frente do processo, com a informatização dos procedimentos. No final dos anos 90, havia, em todo o país, 1.100 corretores conectados.

Tecnologia ameaça corretores

O advento da internet trouxe apreensão à categoria. Imaginava-se que, agora, o corretor de seguros estaria definitivamente afastado do processo. Em outras palavras, o consumidor entenderia que entre ele e a seguradora haveria um “intermediário”. E este não seria o corretor. Ao se projetar a internet no lugar do corretor como o intermediário deduzia-se que o fenômeno era a grande consequência dos seguros vendidos pelo canal eletrônico. Uma ironia do destino, portanto: enquanto anos atrás o debate prioritário girava em torno da especialização dos profissionais como forma de garantir qualidade e eficiência na comercialização dos produtos, surge a “ameaça” da internet para tomar-lhe o lugar.

No início dos anos 2000, o presidente da Fenacor, Leoncio de Arruda, de forma estratégica, promoveu uma reflexão em torno do polêmico tema. Publicou artigo no JCS, intitulado “A internet e o mercado de seguros. Será a internet o exterminador do futuro?”. Leoncio substituiu o catastrofismo por cautela. Era necessário primeiro refletir a questão sem paixões exacerbadas. Ponderou ele: “(...) Subestimar a rede é um erro. Afinal, daqui a alguns anos, nossos ‘internautas’ vão ter dificuldades para entender como funcionava o mercado sem a web. Mas, acreditar que o computador pode substituir tudo, soa-me ainda como algo exagerado”. É claro que, no início do século 21, não se tinha a menor percepção sobre o e-commerce na vida do mercado. Redes sociais e startups eram peças de ficção científica. Como já foi dito acima, Luis Lopez Vazquez enfatizava, nas reuniões do CCS-SP, que a informatização era um mecanismo que traria avanços imprescindíveis ao mercado e ao dia a dia do corretor. Em editorial publicado pelo JCS (nº 168), Vázquez ressaltava o papel do corretor neste cenário,

alçando-o como protagonista, ao reiterar a exigência de formação profissional: *(...) Da parte dos corretores, o que assistimos também que esses profissionais ao lutarem pelo direito de intermediarem os negócios do seguro não o fazem visando a interesses próprios, mas buscando um adequado atendimento ao segurado. Assim, a reivindicação de muitos para que voltem os cursos de formação de corretores como forma de aprimorar os conhecimentos daqueles que pretendem ingressar no setor é uma prova de que o objetivo é contar com profissionais que possam desenvolver sua atuação embasada em muita informação e no aprimoramento constante.*

Na década de 2000, a internet provou, enfim, não ser a temida adversária a ocupar o lugar do corretor de seguros. Ao contrário, tornou-se uma aliada: sobretudo em campanhas de valorização do trabalho da categoria, em ações de merchandising e também como propulsora de programas para disseminação da cultura do seguro. A rede se consolidou como ferramenta indispensável durante toda a década.



Acervo CCS-SP

Computador e internet discada na vida dos corretores de seguros: apreensão à categoria, pois imaginava-se que a tecnologia iria substituir o profissional

MERCADO GANHA NOVOS CONTORNOS

O ano de 1996 é lembrado por dois acontecimentos primordiais no mercado de seguros.

O primeiro refere-se à permissão de empresas estrangeiras operarem no Brasil. Um parecer da Advocacia Geral da União, em resposta à consulta do ministro da Fazenda sobre a possível autorização para o funcionamento de empresa seguradora internacional nos ramos de vida e previdência, apontou inconstitucionalidade da Resolução CNSP nº 14/86. A norma impedia que o capital estrangeiro participasse com mais de 50% ou um terço do total de ações de seguradora nacional. Com o respaldo legal da Advocacia Geral da União (AGU), mais de 20 empresas do exterior entraram no País a partir de junho daquele ano.

O segundo acontecimento foi igualmente impactante: A quebra do monopólio do IRB explícito na Emenda nº 13 feita à Constituição federal, dando nova redação ao artigo 192, item II,

da Carta Magna. A Lei Complementar nº 126/07 e suas regulamentações posteriores completaram o processo de abertura do mercado de resseguro. Na época, pouco se conhecia do mercado internacional. Então o mentor Nelson Fontana (gestão 1996-1998) tomou uma iniciativa ousada, porém providencial: realizou uma série de viagens à Europa com os colegas do Clube para conhecerem o funcionamento do setor. Aos mais próximos, Fontana confiava a importância de incursões como aquelas no “Velho Mundo”.

No início do segundo milênio, o Brasil prosperou a reboque do crescimento excepcional dos países do primeiro-mundo. Isso até 2005. Os reflexos foram notáveis no desempenho da economia, permitindo que, entre 2003 e 2008, a produção da indústria de seguros saltasse de R\$ 14 bilhões para R\$ 96 bilhões – participação de 3,3% no Produto Interno Bruto. Em 2009, porém, o país sofre os efeitos da crise econômica originada da chamada

bolha imobiliária norte-americana. Mas o mercado de seguros nacional continua crescendo, apesar da crise, o que não deixou de surpreender os economistas.

Entre 2008 e 2010, o setor passou por um período de mudanças. Além da abertura do mercado de resseguro e a chegada de competidores estrangeiros, dois outros fenômenos como a forte expansão de crédito e o processo de inclusão social ampliaram o mercado interno e abriram novas perspectivas. A classe “C” chega ao paraíso das compras, projetando essa categoria de consumidores como potenciais compradores de seguros com apelo popular. Temas relacionados a esses acontecimentos e outros palpitantes foram objeto de vários debates promovidos pelo Clube dos Corretores de

Seguros de São Paulo, desde as duas gestões de Boris Ber (2004-2006 e 2006-2008). O ano de 2012, por exemplo, foi rico em temas na mentoria de Alexandre Camillo (2012-2013), prosseguindo inclusive no mandato de Adivaldo Calegari (2014/2016 e 2016/2018).

Em 10 de outubro de 2013, destaque para a homenagem prestada pela Câmara Municipal de São Paulo pelos 40 anos do Clube. Durante o evento, iniciativa do vereador Floriano Pesaro (PSDB), o CCS-SP recebeu a Salva de Prata, a mais alta honraria concedida pelo Poder Municipal. O mentor do CCS-SP, Alexandre Camillo, destacou o momento como “único para os corretores de seguros” tanto pela homenagem à entidade como aos profissionais da categoria. “Considerando

o passado histórico do Clube e os motivos de sua fundação, não poderia haver melhor lugar para essa homenagem do que este ambiente que representa legitimamente a democracia plena”, disse.

No ano seguinte, em 7 de outubro de 2014, a entidade celebrou com os associados 42 anos de existência da entidade em um almoço especial. “O Clube possui uma trajetória de luta, com muita garra, e esta ocasião não poderia passar sem uma comemoração”, disse o mentor Adivaldo Calegari, convidando, em seguida, sua diretoria e os ex-mentores para sobrem as velinhas do bolo de aniversário. Dois temas de interesse marcaram a data festiva: a autorregulação e o Simples Nacional.



AntrankPhotos

Mentor do CCS-SP, Alexandre Camillo, exhibe a Salva de Prata, iniciativa do vereador Floriano Pesaro (PSDB)

CLUBE RECEBE A SALVA DE PRATA

Na noite do dia 5 de outubro de 2017, o Clube dos Corretores recebeu homenagem em prol dos seus 45 anos. A honraria foi concedida pela Câmara Municipal de São Paulo em sessão solene, na data do aniversário da entidade. Por iniciativa do vereador Caio Miranda (PSB), o Clube foi distinguido com a Salva de Prata, a mais alta honraria concedida pelo legislativo paulista, entregue pelo vereador Gilberto Natalini (PV).

Em seu pronunciamento, o presidente do Sincor-SP, Alexandre Camillo, ressaltou a importância da criação do CCS-SP para a continuidade do sindicato. “Há 45 anos, não tínhamos a liberdade que temos hoje, e não fosse a ação daqueles que estavam à frente do Sincor-SP para criar o Clube, hoje nosso sindicato não estaria comemorando 83 anos”, afirmou. Na opinião de Camillo,

o Clube dos Corretores é um celeiro de lideranças. “A gratidão que tenho pelo Clube eu recompenso trabalhando para toda a categoria”, ressaltou.

O vereador Gilberto Natalini, que fez a entrega da Salva de Prata ao mentor Adevaldo Calegari e aos demais diretores da entidade, revelou sua comoção ao constatar semelhanças entre a sua história pessoal e a criação do CCS-SP. “Eu fui torturado durante o regime militar e, por isso, fiquei emocionado ao saber que o Clube foi criado para que os corretores pudessem se defender daquele regime”, disse. “Parabéns ao Clube dos Corretores por essa importância histórica”, acrescentou.

Ao fazer uso da palavra, o mentor Calegari mencionou os nomes dos 26 fundadores. Em seguida, fez uma retrospectiva histórica da entidade, lembrando os fatos que levaram à sua criação. “Hoje é uma data muito



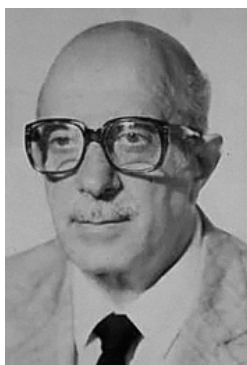
especial para os corretores de seguros. Há exatos 45 anos, 26 abnegados e corajosos corretores se juntaram para fundar o Clube dos Corretores de Seguros de São Paulo. Por que corajosos? Porque a fundação do Clube ocorria em meio ao regime militar, período em que diversos sindicatos sofreram intervenção e não podiam se manifestar livremente. No dia 5 de outubro de 1972 surgia o Clube dos Corretores para dar voz à categoria”. Um fato pouco conhecido mencionado por Calegari foi a tentativa de José Logullo e Roberto de Souza Nazareth de fundar o Clube logo no início do regime militar. “Infelizmente eles não puderam

concretizar este objetivo, mas outros levaram adiante esse ideal”, disse. Desse ponto em diante, ele relatou as lutas e conquistas do Clube a partir das realizações de cada um dos 19 mentores em suas respectivas gestões. A justa homenagem da Câmara Municipal de São Paulo enfatizou o trabalho memorável empreendido pelo Clube dos Corretores, ao longo de sua história de lutas e conquistas, e sinalizou um caminho exitoso, a partir do trabalho exaustivo dos mentores.

O CCS-SP recebe a Salva de Prata em homenagem aos seus 45 anos. Da esq. p/ dir.: Evaldir Barboza de Paula (secretário), Flávio Bosisio (tesoureiro), Mario Jorge Pereira (Sindseg-SP), Luciana Ferreira (presidente da Junta Fiscalizadora do CCS-SP), Alexandre Camillo (Sincor-SP), Adevaldo Calegari (mentor), Gilberto Natalini (vereador), Paulo Schroeder (diretor), Jorge Teixeira Barbosa (diretor) e Boris Ber (Sincor-SP)

OS MENTORES DO CLUBE

1972



ANTONIO D'AMÉLIO

(GESTÕES 1972/1974 E 1978/1980)

SECRETÁRIO: Renato Rubens

Rocchi Guedes de Oliveira

TESOUREIRO: Carlos de Abreu Costa

JUNTA FISCALIZADORA: José de

Carvalho Tolentino, Leonídio

Valente e Celso André

1976



RENATO RUBENS ROCCHI GUEDES DE OLIVEIRA

(1976/1978)

SECRETÁRIO: Paulo Silveira

TESOUREIRO: Eleutério Demuri

JUNTA FISCALIZADORA: Geraldo

Resende, José de Almeida

e Fernando Augusto

Coelho dos Santos

1980



MARIANO LUIZ GREGNANIN

(1980/1982)

SECRETÁRIO: Luis Lopez Vazquez

TESOUREIRO: Edgard Cesar Portal Jorge

JUNTA FISCALIZADORA: Celso André,

Pedro Borio e João Leopoldo

Bracco de Lima

1974



JOSÉ FRANCISCO DE MIRANDA FONTANA

(1974/1976)

SECRETÁRIO: Henrique Elias

TESOUREIRO: Edgard

César Portal Jorge

COLABORADOR: Renato Guedes

1978



ANTONIO D'AMÉLIO

(GESTÕES 1972/1974 E 1978/1980)

Antonio D'Amélio assume novamente

1982

**EURICO LINDENHEIM****(1982/1984)**

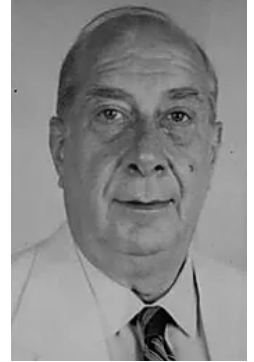
SECRETÁRIO: Alberto José Kupcinskas
 TESOUREIRO: Antonio Carlos Serrichio
 COLABORADOR: Frederico Augusto Brode, Fernando Coelho dos Santos e Giovanni Micceli

1986

**PAULO RUBENS DE ALMEIDA****(1986/1988)**

SECRETÁRIO: Leoncio de Arruda
 TESOUREIRO: Bemvindo Augusto Dias

1990

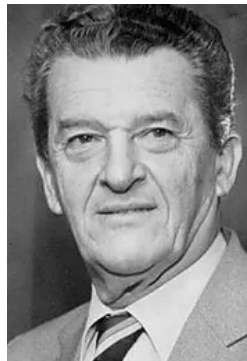
**MILTON D'AMÉLIO****(1990-1992)**

SECRETÁRIO: Henrique Elias
 TESOUREIRO: Ariovaldo Bracco
 COLABORADOR: Celso André, Leoncio de Arruda e Luiz Gonzaga Morato

1984

PETR PURM**(1984/1986)**

SECRETÁRIO: Joaquim Coelho Gonçalves
 TESOUREIRO: Milton Marcondes
 COLABORADOR: Nelson Neves Garcia, Paschoal Acquaviva e Rudolf Armin Weichert



1988

JOÃO LEOPOLDO BRACCO DE LIMA**(1988/1990)**

SECRETÁRIO: Aparecido Moreno
 TESOUREIRO: Luis loels
 JUNTA FISCALIZADORA: Mariano Luis Gregmanin, João Urdiales Gongora e Paulo Silveira.



1992



LUIS LOPEZ VAZQUEZ

(1992/1994)

SECRETÁRIO: José Adalberto Alencar
TESOUREIRO: Osmar Bertacini
COLABORADOR: José de Almeida, Bemvindo Augusto Dias e Roberto da Silva Porto

1996



NELSON FONTANA

(1996/1998)

SECRETÁRIO: Alberto Dabus
TESOUREIRA: Jandira Alves Barbosa
JUNTA FISCALIZADORA: Luis Lopez Vazquez, Osmar Bertacini e Aparecido Moreno

2000



PEDRO BARBATO FILHO

(2000/2002)

SECRETÁRIO: Plínio Gilberto Spina Júnior
TESOUREIRO: Orlando da Costa Filho
JUNTA FISCALIZADORA: Antonio Penteado Mendonça, Milton D'Amélio e Orlando da Costa.

1994

HENRIQUE ELIAS

(1994/1996)

SECRETÁRIO: Nelson Neves Garcia
TESOUREIRO: Miguel Roberto Soares Silva
COLABORADOR: Alexander Diniz, Moises Suslik e Clara Rosemblat



1998

ANTONIO CARLOS SCATOLINI

(1998/2000)

SECRETÁRIO: Paulo Roberto de C. Castro
TESOUREIRO: Osvaldo Tozi Ohnuma
JUNTA FISCALIZADORA: Adevaldo Calegari, Ariovaldo Bracco e Francisco Celso Latini



2002

**CÉSAR BERTACINI****(2002/2004)**

SECRETÁRIO: Alexandre Milaneze Camillo

TESOUREIRO: Fábio

Pitalli Castro

JUNTA FISCALIZADORA:

Henrique Elias, Cristina Rosati Pereira e André de Cicco Julião

2008

**NILSON ARELLO BARBOSA****(2008/2010)**

SECRETÁRIO: Luiz Ioels

TESOUREIRO: Flávio Bevilacqua Bosisio

JUNTA FISCALIZADORA: André de Cicco

Julião, Claudio Cambraia da Silveira

e Richard Hessler Furk

(2010/2012)

SECRETÁRIO: Alexandre

Milaneze Camillo

TESOUREIRO: Valdecyr Saoncella

JUNTA FISCALIZADORA: André de Cicco

Julião, Braz Romildo Fernandes e

Claudio Cambraia da Silveira

2014

**ADEVALDO CALEGARI****(2014/2016)**

SECRETÁRIO: Evaldir Barboza de Paula

TESOUREIRO: Paulo Jatene Bosisio

JUNTA FISCALIZADORA: Luciana Ferreira,

André Julião e Paulo de Tarso Meinberg.

(2016/2018)

SECRETÁRIO: Evaldir Barboza de Paula

TESOUREIRO: Flávio Bevilacqua Bosisio

JUNTA FISCALIZADORA: Luciana

Ferreira, Jorge Teixeira Barbosa

e Paulo Schroeder

2004

**BORIS BER****(2004/2006 E 2006/2008)**

SECRETÁRIO: Pedro Barbato Filho

TESOUREIRO: Henrique Kubala

JUNTA FISCALIZADORA: Celso André;

Orlando da Costa e Renato

da Cunha Bueno

2012

**ALEXANDRE MILANEZE CAMILLO****(2012/2013)**

SECRETÁRIO:

Adevaldo Calegari

TESOUREIRO: Paulo

Jatene Bosisio

JUNTA FISCALIZADORA:

Osmar Bertacini,

Luciana Ferreira

e Evaldir Barboza

de Paula

2020

**Evaldir Barboza de Paula****(2018-2020)**

SECRETÁRIO: Nilson Arello Barbosa

TESOUREIRO: Jorge Teixeira Barbosa

JUNTA FISCALIZADORA: Nilson

Moraes, Ivone Elise Gonoretske

e Raquel Gomes

Reconhecimento do Mercado



Homenagem aos 48 anos do Clube de Corretores de Seguros

“O Grupo Bradesco Seguros tem muito orgulho das iniciativas dos corretores em prol do mercado e da conscientização dos consumidores em relação à importância dos instrumentos de proteção. Nesse contexto, é impossível não citar a trajetória do Clube dos Corretores de Seguros de São Paulo (CCS-SP).

Destacamos os 48 anos do CCS-SP, entidade que congrega profissionais que têm demonstrado o firme propósito de estimular a cultura do seguro. É o trabalho desses profissionais que beneficia o consumidor na proteção dos seus bens patrimoniais, da vida e da renda e na longevidade por meio de planos complementares de previdência. Desde sua criação, em 5 de outubro de 1972, o CCS-SP foi um marco na livre associação. Neste período, O Clube busca criar canais com empresas de seguros e os consumidores, elevando a qualidade dos produtos, serviços e benefícios ofertados à população. O Grupo Bradesco Seguros sente-se parte da história da entidade, como a oferta de treinamento por meio do UniverSeg e a premiação de profissionais que se destacam do mercado, com o troféu Talento de Seguros. Aos fundadores do CCS-SP e a todos os corretores de São Paulo, a nossa homenagem!”

Leonardo Pereira de Freitas

Diretor-executivo da Bradesco Seguros

“Uma entidade importante e significativa para a atividade seguradora”

“A história do Clube dos Corretores de Seguros de São Paulo ocupa um lugar de destaque nas páginas da história do seguro brasileiro. O Clube é uma entidade formada essencialmente por corretores de seguro, que compõem uma categoria tão brilhante e significativa para a atividade seguradora do nosso País. É verdade que o Clube enfrentou dificuldades no passado em face de determinadas regulamentações, contudo, felizmente conseguiu superá-las. Os profissionais convergem para a entidade, que promove uma saudável troca de ideias ao debater a essência do seguro.

Eu, por várias vezes como presidente do SindsegSP, marquei presença nos almoços organizados pela agremiação, na maioria das vezes no Terraço Itália, em São Paulo. Nestas oportunidades e ao longo tempo, encontrei-me com diversos mentores, pessoas arrojadas que estimulavam o debate de temas importantes de forma transparente. Nestas reuniões, acompanhávamos a apresentação de produtos, projeções sobre a economia, oportunidades oferecidas pelo mercado, entre outros assuntos. As lideranças tem sido marcantes na história do Clube. Se o seguro fortalece-se a cada dia é porque há pessoas comprometidas com este objetivo.”

Mauro César Batista

Presidente do Conselho Superior da Academia Nacional de Seguros e Previdência (Ansp)

Clube luta diariamente para criar um setor ainda mais qualificado

“O Sindicato das Empresas de Seguros e Resseguros do Estado de São Paulo (Sindseg SP) tem a honra de ter, como um dos seus parceiros, uma entidade de tanto sucesso e importância como o Clube dos Corretores de Seguros de São Paulo (CCS-SP). Desde sua fundação, 48 anos atrás, sua trajetória no segmento vem lado a lado com a nossa, iniciada bem antes, em 1941, na luta diária para criar um setor ainda mais qualificado, unido e pronto para enfrentar as dificuldades de cada era que passamos.

Este trabalho é diário, buscando soluções que ajudem os nossos clientes e colaboradores, criando e ampliando a cultura do seguro que contempla vários aspectos da atividade humana, sejam elas individuais ou sociais. Suas ações nos ajudam com o descobrimento de novas oportunidades e ferramentas para o trabalho diário que todos os corretores, uma parte tão importante do nosso segmento, consigam exercer suas funções e alcançar os melhores resultados para todos os interessados. Desejamos sucesso ao Clube e a todos os seus membros, e que continuem se mantendo por muitos anos ao lado de todos nós.”

Fernando Simões

Diretor-executivo do SindsegSP

O CCS-SP é personagem dos principais acontecimentos do Brasil

“A Ituran, líder no setor de rastreamento automotivo, apoia ações culturais como forma de transformação social e incentivo ao patrimônio nacional. O Brasil passou por inúmeros episódios ao longo de sua trajetória como regime militar, hiperinflação, movimento “Diretas Já”, impeachments e sempre saiu fortalecido de todos eles. O Clube dos Corretores de Seguros de São Paulo (CCS-SP) vivenciou os fatos mais importantes da história do país e, diante de adversidades internas ou externas, trabalhou focado no crescimento e fortalecimento do setor. Essa nobre história de luta, trabalho e conquistas agora estará registrada em uma grande obra. A Ituran entende que, apoiar uma publicação desta magnitude, é indispensável como um registro para a posteridade. Como multinacional israelense que atua no Brasil, Israel, Estados Unidos e Argentina –oferecendo produtos para a proteção – sempre primamos pela gratidão e parceria profícua com o mercado. Sendo assim, é motivo de orgulho estarmos juntos em um projeto que enobrece o nosso segmento e mostra a narrativa de uma entidade de grande relevância nacional”.

Maria Fernanda Komamura

Supervisora de Marketing da Ituran Brasil

Trabalho do Clube dos Corretores impulsiona desenvolvimento do mercado

“Nós, da Tokio Marine Seguradora, somos entusiastas da ideia de que o aumento da participação do seguro na economia brasileira passa necessariamente por uma atuação conjunta das seguradoras, corretores, assessorias, órgãos reguladores e entidades de classe. Nesse sentido, é com enorme satisfação que destacamos a importância do trabalho feito pelo Clube dos Corretores de Seguros de São Paulo (CCS-SP) ao longo destes quase 50 anos para o desenvolvimento do mercado de seguros não apenas no Estado de São Paulo, mas em todo o País. Acreditamos que o trabalho em parceria com entidades como o CCS-SP é fundamental na valorização do trabalho do corretor e, dessa forma, contribuir para o crescimento do mercado de seguros. Para a nossa companhia, nada é mais importante do que estreitar laços de relacionamento com quem sempre acreditou que, juntos, temos uma nobre missão na sociedade: proteger a vida e o patrimônio das pessoas e das empresas. Que esta história de sucesso continue sendo escrita com seriedade, comprometimento e ética.”

José Adalberto Ferrara

Presidente da Tokio Marine Seguradora

Defesa incessante dos direitos da categoria

“É com imensa satisfação que saúdo e parablenizo o Clube dos Corretores de Seguros de São Paulo pelo 48º aniversário de fundação. Ao longo destas quase cinco décadas de atuação, o CCS-SP se notabilizou pela incessante defesa dos direitos da categoria dos profissionais no maior estado do País, obtendo conquistas e melhorias relevantes para a classe. Destaco os objetivos comuns entre o Clube e a Escola de Negócios e Seguros (ENS), de promover e incentivar continuamente a capacitação profissional da categoria, contribuindo, dessa forma, para o aprimoramento técnico e a elevação da qualidade dos serviços prestados pelo setor de seguros. Neste momento, cabe ressaltar o trabalho de alto nível empreendido pela atual gestão, bem como enaltecer as realizações das gestões anteriores, que deram significativas contribuições para que o CCS-SP tenha o prestígio e o reconhecimento de toda a indústria de seguros. Em nome da ENS, desejo ainda mais sucesso e longa vida ao Clube!”.

Robert Bittar

Presidente da Escola de Negócios e Seguros (ENS)

Participação ativa na construção do futuro do mercado

Em nome de toda a equipe da Sompo Seguros, parablenizo o Clube dos Corretores de Seguros de São Paulo pelos seus 48 anos de fundação. Também comemoro em face das quase cinco décadas de contribuição para o desenvolvimento do mercado de seguros. Ao longo desse período, nosso segmento passou por muitas transformações e evoluiu.

O único aspecto que não mudou foi o forte elo entre segurado, corretor e seguradora, este conceitualizado no logotipo do Clube e que, nesses tempos, têm sido uma via imprescindível para que o segurado encontre em nosso mercado as soluções adequadas para o enfrentamento das adversidades com a mínima exposição aos riscos. Muitas personalidades que deram sua contribuição já fazem parte da história do CCS-SP. Mas a entidade segue com sua participação ativa na construção do futuro do mercado segurador brasileiro.

Francisco Caiuby Vidigal Filho

Presidente da Sompo Seguros

APOIO INSTITUCIONAL

Agradecemos o apoio das empresas que viabilizaram a edição da obra.



“O Clube dos Corretores sempre reúne importantes lideranças para discutir os principais temas ligados ao mercado”

Pedro Barbato Filho

{2000-2002}

“O corretor de seguros será o protagonista das mudanças tecnológicas” (trecho de seu discurso de posse)

César Bertacini

{2002/2004}

“O Clube foi uma semente muito importante para tudo que aconteceu no âmbito associativo”

Boris Ber

{2004/2006 e 2006/2008}

“Foi uma grande experiência constatar o quanto o Clube é respeitado no mercado”

Nilson Arello Barbosa

{2008/2010 e 2010/2012}

“A gratidão que tenho pelo Clube eu recompenso trabalhando para toda a categoria”

Alexandre Camillo

{2012-2013}

“Clube foi vital para dar voz aos corretores, em uma época em que não havia liberdade de expressão”

Adevaldo Calegari

{2014-2016 e 2016-2018}

“Quando vejo entre os associados tantos profissionais competentes, que poderiam muito bem estar aqui no meu lugar, sinto que me foi permitida uma grande honra”

Evaldir Barboza de Paula

{2018-2020}
